

tada pela Assembléa e manda que se consigne, em material permanente, despesas para o pessoal, para atender ao pessoal da Baixada Santista — serviços de água e esgotos. Então, nobre e ilustre deputado, verifique que mais de 2,3 desta dotação se destina ao pagamento do pessoal fixo, variável, contratado, etc. O restante — tenho bem presentes as palavras do nobre líder da maioria, deputado Hilário Torloni — destinar-se-á à compra de gêneros de primeira necessidade e de medicamentos. Veja V. Exa. que estou aqui muito menos em busca de qualquer favor do governo, muito menos em busca de prestígio para a minha bancada, a fim de que ela possa auferir alguma vantagem; estou aqui muito mais para, junto com V. Exa. e com os demais membros da Assembléa Legislativa, poder aprovar esta proposição e dar aquilo que estão os funcionários ansiosamente aguardando: os recursos necessários para que possam ter aquilo a que fazem jus pelo trabalho que prestam ao governo do Estado de São Paulo. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ LURTZ SABIA** — Nobre deputado Jaime Daige, agradeço a V. Exa. as amáveis palavras e sei que V. Exa. é um dos deputados autênticos desta Casa e que veio a este parlamento imbuído dos melhores propósitos, de que tem dado demonstração. E se o Governo do Estado tivesse integrantes da maioria iguais a V. Exa., pelo menos a grande maioria, o povo do Estado de São Paulo, estaria bem servido.

**O Sr. Jaime Daige** — Obrigado a V. Exa.

**O SR. JOSÉ LURTZ SABIA** — Porque, embora discordando do processo administrativo do governo que aí está — o qual combate, não a pessoa do Sr. Governador, mas o sistema político — vejo que, hoje, determinados erros que ocorrem na administração ocorrem por culpa de determinados acordos políticos com determinadas bancadas, e não propriamente por falhas do governo. E tanto isso é verdade que V. Exa. assistiu à saída de uma figura extraordinária e à qual ninguém pode negar méritos, da Secretaria da Saúde, o professor catodríptico e médico, Dr. Zeferino Vaz. E não diminuindo também, evidentemente, com isto, o nobre colega do P. R. que, por injunções político-partidárias, perdeu a sua cadeira neste plenário. E' o homem certo para o lugar certo.

De maneira que, quanto a esse aspecto, eu me congratulo com V. Exa. — por ser um membro autêntico da maioria.

**Sr. Presidente, Srs. deputados.** ocupei a tribuna porque, quando veio o reajustamento orçamentário, em primeira discussão, estive nesta Casa uma comissão de professores, e o líder da maioria assumiu o compromisso de apresentar emendas ao reajustamento para atender às necessidades desses interessados. E S. Exa. cumpriu o prometido.

Vejo à página 9 — Suplementação do Quadro 2, Despesas Gerais, Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, Departamento de Educação — a emenda que diz: "Inclua-se: Ensino Primário — Verba 142 — Pessoal Fixo — Despesa Variável — 1 bilhão de cruzeiros".

Isso representa que aquelas criaturas aflitas que aqui vieram, que aquelas criaturas que mandaram telegramas a todos os Srs. deputados, serão atendidas no reajustamento, através da sugestão de emenda do nobre e honrado líder da maioria, deputado Hilário Torloni. Isso quer dizer que aquelas criaturas serão atendidas nos seus autênticos direitos, porque prestaram serviços ao Estado, e este tem o dever e a obrigação — e esta Casa também — de saldar as suas dívidas para com esses funcionários.

E não só os professores. Todas as demais pessoas que também aguardam a aprovação da suplementação.

**O Sr. José Felício Castellano** — V. Exa. permite um aparte?

**O SR. JOSÉ LURTZ SABIA** — Teria imenso prazer em conceder-lhe o aparte.

**O Sr. José Felício Castellano** — Agradeço ao nobre deputado José Lurtz Sabia, que ocupa a tribuna e que inicia a discussão da matéria, dissecando-a agora na parte referente às percentagens e contidas no reajustamento orçamentário e às destinações. Na realidade, o raciocínio que V. Exa. faz procede, porque, apreciando a matéria, encontrei — aliás, todos os colegas encontraram ou encontrarão — a destinação parcelada da seguinte forma: 76,5% do total do reajustamento orçamentário que estamos apreciando (e que V. Exa. discute com propriedade) é destinado ao Pessoal; ... 12-12% é destinado ao Material de Consumo e Despesas Gerais; 6,95% é destinado para Alimentação, Medicamentos e Peças para veículos; e 4,73% é destinado a despesas de exercícios encerrados. Ora, tendo-se em conta que, como disse V. Exa., nós estamos discutindo um reajustamento orçamentário que foi feito pelo outro Governo, e tendo-se em conta as taxas de desvalorização da moeda, e tendo-se em conta ainda situações novas criadas após a aprovação do orçamento passado, que foi feito por outra legislatura, vale dizer, por outro grupo de deputados, nós teremos como perfeitamente lógica, como perfeitamente certa a adoção das medidas que o nobre deputado discute e que estão contidas no reajustamento, objetivando numa percentagem muito maior aquilo que diz respeito ao atendimento de salários, de vencimentos de professores, de guardas de presidio, de guarnições especiais, de contrato de professores não efetivos e de contrato de pessoal para a realização de obras ou para a continuação de obras que já estavam sendo realizadas pelo outro Governo e que este Governo, em determinados setores está dando cumprimento a elas. Então quero, nesta altura da sua exposição, congratular-me pelo raciocínio que V. Exa. inicia a expen-

der, fazendo a divisão setorial das verbas encontradas no reajustamento orçamentário. Congratulo-me pelo raciocínio que V. Exa. inicia a fazer neste instante, que considero muito importante para o esclarecimento da matéria.

**O SR. JOSÉ LURTZ SABIA** — Agradeço o aparte que V. Exa. acaba de me homar. De fato há a observar, nas sugestões de emendas, assinadas em grande parte pelo líder da maioria, o atendimento exato e preciso das obrigações do Estado para com os seus servidores. E, mais em baixo, nós temos, também o ensino secundário normal: «Verba n. 146, Pessoal Variável, quinhentos milhões de cruzeiros», e assim por diante. Observem-se outras sugestões atendendo, inequivocamente, a necessidades prementes de setores do Estado a que a Casa jamais poderia negar o apoio.

Tanto é verdade, que embora sendo um deputado visceralmente contrário ao atual Governo, não poderia, a' olutamente, deixar de dar o reajustamento. Tinha a intenção de obstruí-lo ao máximo, tendo a convocação da Assembléa em período extraordinário, temendo mesmo — antes dessa convocação — fosse apresentada a lei de caráter financeiro a emenda que se comenta; por aí, o famigerado aumento do imposto da fome. Quando se discutiu a peça orçamentária, que foi aprovada no dia 13, alguns deputados da minoria parlamentar que a debateram apresentaram ao governo os meios que haveriam de permitir o atendimento das necessidades do funcionalismo público em geral, na mensagem proposta pelo Sr. Governador. Estou de sobreaviso, o povo de São Paulo e a minoria parlamentar também o estão, porque a espada de Dâmoçles paira perigosamente sobre a cabeça do povo de São Paulo. Mas aqui estamos, preparados para lutar contra essa medida que consideramos nociva, impiedosa.

**Sr. Presidente,** inscrevi-me para falar contra o projeto de reajustamento orçamentário para marcar a minha posição. O governo atual não tem a responsabilidade, esta pertence ao governo anterior. O reajustamento é consequência da espiral inflacionária, e a Assembléa precisa dar ao governo os meios para saldar seus débitos, débitos importantes, que são pagamentos que precisam ser feitos para possibilitar a subsistência do material humano do Estado. Nesta meta, a minoria coopera com o governo. A meta é o homem, diz o Sr. Governador. A Assembléa, através da minoria, ajuda o gov'to a realizar, pelo menos neste aspecto, o seu programa de governo, já que ele não o realiza em outros pontos. A meta é o homem? Vai atender ao homem nas suas justas reivindicações.

**O Sr. Jorge Daige** — (Com assentimento do orador) — Nobre deputado José Lurtz Sabia, renovo os meus cumprimentos a V. Exa. pela maneira elevada com que vem encaminhando a discussão da proposição. A técnica orçamentária, nobre deputado, nos ensina que as rubricas de final zero são de pessoal fixo: as de final 1 — Pessoal Variável; 2 — Material Permanente; 3 — Material de Consumo e 4. Despesas Diversas. Falava V. Exa. da minha estranheza ao verificar que em Material Permanente estava consignada verba para pessoal. E agora encontro, aqui — e me permito ler, com o consentimento de V. Exa., porque com isto justifico ainda mais a minha posição favorável a esta proposição — o seguinte: (Lê)

(Lê) «As maiores importâncias consignadas para reforço de dotações agrupadas neste elemento destinam-se ao pagamento do reajustamento dos salários dos servidores dos serviços de água de Santos e Cubatão (Cr\$ 57.038.600,00), por força do Decreto n. 41.822 de 10-4-63, cuja despesa corre à conta do item 270 — redes de águas e esgotos; a parcelas de Cr\$ 27.822.000,00 e Cr\$ 2.552.800,00, para reforço do item 280 — próprios do Estado — isto para fazer face às despesas com desapropriações já autorizadas, sendo a primeira, para instalação de estação de tratamento de esgotos na zona da Ponta da Praia, conforme Decreto n. 36.594 de 7-7-60 e a segunda, referente à área declarada de utilidade pública pelo Decreto n. 24.170, de 18-1-55 localizada no distrito de Guarujá. Pr último é de se considerar as parcelas de Cr\$ 27.100.000,00 e Cr\$ 17.580.000,00; a primeira, atribuída ao Poder Judiciário, destina-se a ocorrer às despesas com a instalação de cartórios e varas no Fórum da Capital e nas Comarcas do Interior; Verifica V. Exa. que através de legislação estadual pode-se consignar verba para pessoal na rubrica dois, rubrica de material permanente. Renovo os meus agradecimentos a V. Exa. e espero a alta consideração desta Assembléa.

**O SR. JOSÉ LURTZ SABIA** — Nobre deputado Jaime Daige, eu que agradeço a V. Exa. o aparte que neste instante acaba de me oferecer. Realmente a suplementação do orçamento vai aquilhoar a região de V. Exa. e com justiça vai saldar o governo dívidas contraídas com a região. Espero que a maioria apresente número regimental para votar a suplementação, porque temos o desejo de marcar a posição e a nossa presença para que São Paulo saiba que nós, da oposição, fazemos oposição construtivamente. Jamais poderíamos, Sr. Presidente e Srs. deputados, fazer uma obstrução sistemática e obstinada, porque ela não interessa a São Paulo.

**Sr. Presidente e Srs. deputados,** continuando na apreciação das sugestões de emenda, além do problema da educação, no que tange à Secretaria de Estado da Educação, encontramos aqui a sugestão de emenda n. 4 ao Projeto de lei n. 2231-63, reajustamento orçamentário, ao artigo 1.º — Suplementação 42, despesa geral, parágrafo 11-B, Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes da Estrada de Ferro Araraquarense. Também as ferrovias paulistas não recebem, através da suplementação orçamentária, ver-

bas necessárias para saldar os seus débitos com os ferroviários.

Por falar em ferroviários, depara-se São Paulo com a paralisação de sua extraordinária, magnífica Estrada de Ferro Sorocabana, uma das reservas de sustentação econômica do grande Estado líder da Federação. Praza aos céus que o Governo do Estado, compreendendo a sua alta responsabilidade de manutenção da ordem e do progresso deste Estado, possa cumprir as promessas feitas aos ferroviários da Sorocabana, para que essa ferrovia volte a trafegar, transportando, através de suas composições, as riquezas deste Estado.

**O Sr. José Felício Castellano** — V. Exa. permite um aparte?

**O SR. JOSÉ LURTZ SABIA** — Nobre deputado, tenho a satisfação de conceder o aparte a V. Exa., nesta hora em que já, já, numa composição da Estrada de Ferro Sorocabana.

**O Sr. José Felício Castellano** — Obrigado a V. Exa. Há também um outro fato que precisa ser debatido, antes que os nobres pares profiram o seu voto a este projeto de reajustamento orçamentário. A Mesa da Assembléa Legislativa, através dos seus três componentes, apresentaram uma sugestão de emenda ao projeto de lei em apreço, visando uma melhoria ou visando robustecer em cerca de 40 milhões de cruzeiros a verba do pessoal fixo da Assembléa Legislativa. Vê-se, portanto, nobre deputado, que o próprio Poder Legislativo, que abriga um número de servidores quilométricamente menor que o número de servidores que o Poder Executivo abriga, teve necessidade de se valer do recurso de reajustar suas verbas para que possa atender ao pagamento do pessoal fixo que trabalha no Poder Legislativo.

Gostaria de me aproveitar desta oportunidade para fixar a minha posição face ao projeto que discutimos: quando da aprovação do reajustamento em 1.ª discussão, fiz uma declaração de voto coerente com o pensamento da minoria, e nessa declaração fixei uma falta que o projeto possuía e que era o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro que desejava uma verba extra de 40.120 mil cruzeiros, para o pagamento dos seus professores nas bases da equiparação de vencimentos aos catedráticos da reitoria da Universidade de São Paulo, pois que aqueles professores da Faculdade de Rio Claro, estava, e estão, recebendo vencimentos em bases muito menores, muito aquém dos vencimentos dos seus colegas da Universidade de São Paulo, pois de acordo com lei sancionada por esta Casa ele tem direito a equiparação plena de vencimentos, dedicação plena, de equiparação enfim em tudo que diga respeito à remuneração e demais vantagens. Ora, nobre deputado Sabia, na Faculdade de Rio Claro não se dá essa igualdade, e sim uma desigualdade e esta Casa precisava reparar essa falha através de uma emenda que solicitada ao nobre deputado Hilário Torloni, líder da maioria. E o nobre deputado Hilário Torloni fez encaminhar à Secretaria da Fazenda a reivindicação justa e legal dos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, e não recebeu da Secretaria da Fazenda a emenda. Tanto, é assim que na sugestão de emenda apresentada, nós vamos encontrar uma, especificamente destinada às Faculdades do interior, melhor dizendo, aos Institutos isolados de ensino superior do interior do Estado, e falta nessa emenda aquilo que atende às reivindicações da Faculdade de Rio Claro. Procurei o nobre deputado Hilário Torloni e este me explicou o que se tinha passado: enviou, de fato, a reivindicação para que a Secretaria da Fazenda preparasse a emenda, e no entanto, não enviou ao deputado Hilário Torloni a sugestão de emenda para que pudesse ser apresentada na Comissão de Finanças. Então aí está a razão de não constar na sugestão de emenda que diz respeito às Faculdades do interior a verba reivindicada pelo diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Culpa nenhuma deve ser atribuída ao líder da maioria, tanto que S. Exa. já diligenciou, já mandou emissário à Secretaria da Fazenda, visando obter os dados necessários para a apresentação de uma emenda que espera, ainda na tarde de amanhã, ou na segunda-feira, apresentar. Vai aqui um alerta àquela escola, àquelas professores devotados brilhantes, ilustres, e ao Professor João Dias da Silveira que dirige aquela faculdade, dedicando parte de sua vida àquela escola, para que fiquem tranquilos, pois que segundo o nobre líder da maioria, teremos oportunidade, talvez amanhã, como disse ver incluída uma emenda no valor de 40 milhões, 120 mil cruzeiros para atender àquela reivindicação. Era o aparte esclarecedor que queria dar a V. Exa., nobre deputado José Lurtz Sabia, agradecendo a gentileza de V. Exa.

**O SR. JOSÉ LURTZ SABIA** — Nobre deputado José Felício Castellano, eu é que agradeço a colaboração de V. Exa. à minha modesta exposição.

Falava eu a respeito do problema das ferrovias, dos ferroviários paulistas, que receberão, também, seus vencimentos através do reajustamento orçamentário, e abordava o aspecto de nossa principal ferrovia, a magnífica Estrada de Ferro Sorocabana.

Dizia, a determinada altura de meu discurso que praza aos céus que o Sr. Governador Adhemar de Barros, a cuja política sou visceralmente contrário, possa cumprir a promessa feita aos ferroviários e trazer paz e tranquilidade ao parque ferroviário paulista. Que esta ferrovia, Sr. Presidente, volte a funcionar normalmente, trazendo as riquezas para fortalecer a economia do Estado bandeirante. Muito grave. Sr. Presidente, se me figura a situação da Estrada de Ferro Sorocabana, intransi-

gente o Governo na falta de cumprimento de seus deveres, não atendendo as promessas feitas e, por isso, não tiveram os ferroviários outro recurso se não apelar para a greve. O governo tem a obrigação de saldar os seus compromissos para com os ferroviários, trazendo, assim, a paz indispensável ao nosso Estado. E' lastimável, Sr. Presidente e Srs. deputados, que o Governador do Estado, mal assessorado, não tenha desimpedido e não venha desempenhando a contento suas altas funções.

**Sr. Presidente,** verificando que no plenário da Casa se encontram presentes apenas 26 Srs. deputados, número insuficiente sequer para continuar a discussão da matéria, quanto mais para a votação, aguardarei amanhã a oportunidade de que a maioria esteja presente para votar o reajustamento.

Assim sendo, regimentalmente, requiro a V. Exa. uma verificação de presença, já que não há numero suficiente para poderemos dialogar a respeito desta matéria de transcendental importância para atender às altas e justas reivindicações de suplementação orçamentária do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** — O requerimento de V. Exa. é regimental. A Presidência convida os Srs. Secretários a auxiliarem a Mesa na verificação de presença requerida pelo nobre deputado José Lurtz Sabia.

— E' feita a chamada.

**O SR. JOSÉ LURTZ SABIA** — (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, os ferroviários estiveram hoje nesta Casa. De modo que desejava solicitar de V. Exa. da liderança do Governo, de todos os líderes dos diversos partidos representados nesta Casa, que estudem uma fórmula, junto ao governo, no sentido de se resolver o impasse da Estrada de Ferro Sorocabana. Não sei se V. Exa. já tomou essa iniciativa, mas creio que a Assembléa não pode e não deve omitir-se diante dessa situação gravíssima. Tenho esperanças de que os líderes da maioria e minoria, comandados por V. Exa. possam conseguir que o governo transija um pouco e coloque um ponto final na gravíssima situação que atravessa essa ferrovia e a economia de São Paulo. Afigura-se-me o momento muito grave. Até agora não chegou ao meu conhecimento que esta Assembléa tivesse tomado qualquer iniciativa no sentido de demover o governo dessa intransigência, ou tivesse procurado os responsáveis pela greve no sentido de encontrar uma solução imediata, porque a informação que este deputado recebeu é a de que o prejuízo é muito grande, de vagões parados em varias estações, com generos de primeira necessidade e gado bovino.

A Assembléa que representa o povo, não pode e não deve omitir-se. Então deixo essa sugestão a V. Exa. Sr. Presidente, a fim de que seja dada uma solução a essa crise sem precedentes que aí está.

**O SR. PRESIDENTE** — A Presidência examinará a sugestão de V. Exa. nobre deputado José Lurtz Sabia.

**O SR. HILÁRIO TORLONI** — (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, temos mantido contacto quase permanente com a Secretaria de Transportes, e em particular, com o Diretor da Estrada de Ferro Sorocabana. As reuniões se sucedem entre ferroviários e dirigentes de entidades de âmbito estadual e de âmbito nacional. As discussões passam à fase final. Pelas últimas informações que recebi, ainda há poucos minutos, está dependendo apenas de um pormenor o término desta greve. Daí a razão por que não di e, na tarde de hoje, sequer uma palavra a respeito do assunto, tendo-me limitado a ouvir algumas ponderações sensatas de muitos dos nobres colegas, a par de alguns extravagamentos, se não justificáveis, ao menos compreensíveis numa Casa política como esta.

Reserve-me, sr. Presidente, para, se necessário, se o acordo não for firmado, colocar o problema nos seus exatos termos, ainda numa das sessões de amanhã. Daí a razão por que talvez se torne desnecessária a nomeação de uma comissão de parlamentares, a fim de se entender com ambas as partes em litígio.

Se, entretanto, até amanhã a greve prosseguir, talvez esta sugestão endereçada reiteradas vezes, a V. Exa. se torne necessária, salvo melhor juízo. Entendi, Sr. Presidente, que o problema foi mal colocado nesta Assembléa Legislativa e que qualquer palavra minha poderia ser também mal interpretada. Daí a razão do meu silêncio, do silêncio dos representantes do governo até o dia de hoje. Se amanhã se fizer necessário, ocuparei a tribuna para colocar a situação nos exatos termos.

Fago votos, entretanto, de que se torne desnecessário o meu pronunciamento, pois que uno, nesto instante, os meus votos aos do sauto deputados que apelam para o término dessa greve, de tão novas e funestas consequências para a economia do nosso Estado.

**O SR. SOLON BORGES DOS REIS** — (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, esta Casa teve uma atuação importante na solução do problema reivindicatório do magistério de São Paulo. Foi aqui que se encontrou um entendimento honroso com os Poderes constituidos, digno para a classe dos educadores, que mereceu nesta Casa, como sempre tem merecido, a maior consideração de todos os parlamentares.

Promulgada lei pelo Governador de São Paulo, o magistério está na expectativa da execução prática. Como a Secretaria da Educação está exigindo um ritual de formalidades que nós tememos venha a atrasar por longos meses a execução prática da lei, e, salvo melhor juízo, os professores só receberão no próximo ano o aumento vigente a partir de outubro, permito-me a liberdade de endereçar um apelo à bancada ma-